Cláusulas de lei aplicável e de solução de controvérsias para contratos Suíça–Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Contratos entre partes suíças e de Singapura precisam de uma lei aplicável que ambos os tribunais respeitem e de um foro capaz de conceder medidas sobre ativos nos dois lugares. A Suíça e Singapura são partes da Convenção de Nova York, o que torna a arbitragem o caminho mais seguro para a execução. Ambas contam com instituições arbitrais com experiência em disputas sobre ativos digitais.[1] O contencioso judicial é mais simples para disputas de baixo valor, mas uma sentença suíça só é executada em Singapura pela via do common law (o Reciprocal Enforcement of Foreign Judgments Act não se estende à Suíça), e uma sentença de Singapura é executada na Suíça nos termos dos arts. 25 e ss. da Lei suíça de direito internacional privado (IPRG/PILA), o que exige competência indireta e a ausência de objeções de ordem pública. A Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro vincula Singapura, mas a Suíça a assinou sem ratificá-la.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Lei aplicável (Suíça). Este Contrato e quaisquer obrigações extracontratuais dele decorrentes ou com ele relacionadas regem-se pelo direito material suíço, excluídas suas regras de conflito de leis e a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias.

Lei aplicável (Singapura). Este Contrato e quaisquer obrigações extracontratuais dele decorrentes ou com ele relacionadas regem-se pelo direito de Singapura.

Arbitragem (sede na Suíça). Qualquer controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada será resolvida por arbitragem de acordo com as Swiss Rules of International Arbitration do Swiss Arbitration Centre em vigor na data em que for apresentada a Notificação de Arbitragem. O número de árbitros será [um / três]. A sede da arbitragem será Zurique. O idioma será o inglês. As partes concordam que se aplicam as disposições sobre o árbitro de emergência.

Arbitragem (sede em Singapura). Qualquer controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada, incluindo qualquer questão relativa à sua existência, validade ou extinção, será submetida e definitivamente resolvida por arbitragem administrada pelo Singapore International Arbitration Centre de acordo com as Arbitration Rules do SIAC então em vigor. A sede da arbitragem será Singapura. O tribunal arbitral será composto por [um / três] árbitros. O idioma será o inglês.

Medidas cautelares. Nada nesta cláusula impede qualquer das partes de requerer medidas provisórias ou cautelares, incluindo ordens de bloqueio ou de preservação de ativos digitais, a qualquer tribunal competente antes da constituição do tribunal arbitral ou em apoio à arbitragem.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

> **Especificidades dos ativos digitais.** O tribunal arbitral poderá ordenar a entrega de ativos digitais específicos, a revelação de chaves privadas ou seed phrases a um agente de escrow nomeado pelo tribunal arbitral e a execução de transações em um registro distribuído, e as partes se comprometem a cumprir tais ordens. As partes concordam que os registros de transações no registro distribuído pertinente são admissíveis como prova das transações neles registradas.

A ressalva para medidas cautelares é essencial quando há tokens em jogo, porque a constituição de uma arbitragem leva meses e os tokens se movem em minutos. Tanto as Swiss Rules quanto as SIAC Rules preveem árbitros de emergência. Os tribunais de Singapura já concederam medidas de bloqueio em apoio à arbitragem contra pessoas desconhecidas.[2] A cláusula sobre a revelação de chaves a um agente de escrow é inovadora e, até onde sei, não foi testada perante um tribunal suíço em sede de execução, mas tem sido cumprida voluntariamente em acordos.

Notas

1. Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards, de 10 de junho de 1958 (SR 0.277.12; Singapura: International Arbitration Act 1994, Second Schedule); PILA, arts. 176 e ss.; ver Parte H, Capítulo VIII, e Parte N, Capítulo VI. ↩
2. SIAC Rules 2025, Schedule 1 (Emergency Arbitrator); Swiss Rules 2021, art. 43; International Arbitration Act 1994, seção 12A; ver Parte N, Capítulo VI. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.